Praticando

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PC-AC

500 QUESTÕES

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

QUESTÕES GABARITADAS

- Raciocínio Lógico
- Noções de Informática
- Realidade Étnica Social, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Acre: (Art. 20 da Lei Complementar Estadual N° 345/2018)
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação Penal e Processual Penal Especial
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Legislação Institucional
- Medicina Legal e Ciências Forenses
- Criminologia e Vitimologia
- Gestão de Polícia Judiciária e Gestão Pública

BANCA IDECAN
E OUTRAS BANCAS

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PC-AC

500 Questões Gabaritadas

Delegado de Polícia Civil

SL-069NV-26
7901183012862

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Raciocínio Lógico 5
2. Noções de Informática 13
3. Realidade Étnica Social, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Acre: (Art. 20 da Lei Complementar Estadual Nº 345/2018) 23
4. Direito Penal 35
5. Direito Processual Penal 45
6. Legislação Penal e Processual Penal Especial 57
7. Direito Constitucional 69
8. Direito Administrativo 81
9. Legislação Institucional 93
10. Medicina Legal e Ciências Forenses 105
11. Criminologia e Vitimologia 115
12. Gestão de Polícia Judiciária e Gestão Pública 127

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (IDECAN - 2024)

Na tabela a seguir há o total de gols marcados nas 9 rodadas que ocorreram em um campeonato de futebol.

Rodada	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
Total de gols	16	18	17	13	15	21	20	19	23

A média de gols por rodada desse campeonato é igual a:

(A) 16.
(B) 20.
(C) 19.
(D) 18.
(E) 17.

2. (IDECAN - 2024)

Gustavo lançou para cima três moedas – com faces de cara e coroa. Diante de tal, a probabilidade de se obter exatamente duas caras, sabendo que ao menos uma cara foi obtida, é de:

(A) $\frac{3}{8}$

(B) $\frac{3}{7}$

(C) 1 / 2

(D) $\frac{5}{8}$

3. (IDECAN - 2025)

Um carro de bombeiros se utiliza de mangueiras para combater incêndios. A vazão da água (Q, em litros por segundo) que sai da mangueira é diretamente proporcional à área da seção transversal do bico da mangueira (A, em cm²) e à raiz quadrada da pressão aplicada (P, em atm). A equação que modela esse mecanismo é:

$$Q = k \cdot A \cdot \sqrt{P}$$

onde k é a constante de proporcionalidade. Em um teste, foi verificado que, com uma mangueira de bico com área 4 cm² e pressão 9 atm, a vazão foi de 36 litros por segundo (L/s). Logo, se houver um ajuste manual que dobra a pressão e a área do bico tiver um aumento de 50%, a nova vazão será de aproximadamente (Considere √2 = 1, 414):

(A) 76,36 L/s
(B) 62,45 L/s
(C) 68,26 L/s
(D) 71,64 L/s
(E) 74,37 L/s

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

4. (IDECAN - 2024)

Se um pedreiro construir 40 m2 muro por dia, ele terminará a construção dois dias antes do que se ele construir 35 m^2 por dia. Portanto, o muro mede:

(A) 2.800 m^2.
(B) 1600 m^2.
(C) 700 m^2.
(D) 560 m^2.

5. (IDECAN - 2026)

Uma fábrica de semicondutores possui 5 máquinas que produzem 5.000 chips em 8 horas. Sabe-se que a fábrica adquiriu mais 3 máquinas idênticas e vai passar a operar por 10 horas. Utilizando todas as máquinas durante um período de 10 horas, a quantidade total de chips produzidos será igual a:

(A) 8.000.
(B) 7.500.
(C) 12.000.
(D) 15.000.
(E) 10.000.

6. (IDECAN - 2025)

Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

(A) 360 peças.
(B) 240 peças.
(C) 260 peças.
(D) 300 peças.
(E) 360 peças.

7. (IDECAN - 2026)

Em uma loja, um produto custa R$ 200,00.

Aplicam-se dois descontos sucessivos: primeiro 15% e depois 10% sobre o preço já descontado. Em seguida, há um acréscimo de 8% devido a impostos.

O preço final, em reais, desse produto é igual a:

(A) R$ 165,24.
(B) R$ 176,60.
(C) R$ 155,92.
(D) R$ 168,40.
(E) R$ 171,20.

8. (IDECAN - 2025)

Em uma pesquisa sobre a preferência por tipos de filmes, cada participante escolheu apenas um entre Ação, Comédia, Drama e Terror. Os resultados foram:

- 30% preferem filmes de Ação.
- 25% preferem filmes de Comédia.

O número de pessoas que preferem filmes de Terror representa 1/3 do número de escolhas de filmes de Drama. Sabendo que todos os participantes escolheram um

único tipo de filme, o percentual de escolhas para filmes de Drama foi de

(A) 25%.
(B) 35, 25%.
(C) 40%.
(D) 33, 75%.
(E) 45%

9. (IDECAN - 2024)

Em uma empresa, o departamento de Recursos Humanos observou que 70% dos funcionários preferem trabalhar remotamente. Dentre os que preferem trabalhar remotamente, 20% são do departamento de TI. Além disso, sabe-se que 30% de todos os funcionários da empresa são do departamento de TI. Se a empresa tem 800 funcionários, calcule quantos funcionários de TI preferem trabalhar presencialmente.

(A) 112
(B) 118
(C) 122.
(D) 128.

10. (IDECAN - 2024)

Um posto de combustível cobra R$ 2,60 por litro de gasolina. Ao abastecer seu carro com 40 litros deste combustível, Tarciso foi informado de que o pagamento via PIX lhe concederia um desconto de 10%. Diante disso, o valor da transferência via PIX a ser realizado por Tarciso é de:

(A) R$ 10,40.
(B) R$ 90,60.
(C) R$ 93,60.
(D) R$ 104,00.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (IDECAN - 2026)

No contexto da microinformática, o computador é um sistema composto por elementos físicos e lógicos que atuam de forma integrada para possibilitar o processamento de dados e a geração de informações. Considerando essa definição, assinale a alternativa que identifica corretamente a função principal do processador (CPU) em um computador.

(A) Executar instruções, realizar cálculos e coordenar as operações internas do sistema computacional.

(B) Armazenar permanentemente dados e programas, mesmo quando o computador está desligado.

(C) Permitir a entrada de dados no sistema por meio de dispositivos como teclado e mouse.

(D) Exibir informações processadas pelo sistema em dispositivos visuais, como o monitor.

(E) Proteger fisicamente os componentes internos contra falhas elétricas e superaquecimento.

2. (IDECAN - 2025)

Os dispositivos de armazenamento e as memórias são fundamentais para o funcionamento de um computador, desempenhando papéis distintos na gestão de dados e no processamento de informações. Enquanto as memórias temporárias facilitam o acesso rápido às informações, os dispositivos de armazenamento mantêm os dados a longo prazo. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa abaixo que apresenta corretamente a função de um dispositivo de armazenamento.

(A) A memória cache é utilizada para armazenamento de dados a longo prazo.

(B) A memória RAM armazena dados permanentemente e é volátil.

(C) O disco rígido (HDD) é um dispositivo utilizado para armazenar dados de forma não volátil.

(D) O SSD (Solid State Drive) é um tipo de memória volátil, sendo mais lento que o HDD.

3. (IDECAN - 2024)

O armazenamento de computador de um funcionário público está cheio de arquivos e precisa de aumento de memória não-volátil. Nesse contexto, o periférico que pode ser utilizado para esta expansão é o:

(A) Pendrive.

(B) Memória ROM.

(C) SSD.

(D) GPU.

(E) Memória RAM.

4. (IDECAN - 2024)

O armazenamento de computador de um funcionário público está cheio de arquivos e precisa de aumento de memória não-volátil. Nesse contexto, o periférico que pode ser utilizado para esta expansão é o(a)

(A) Memória ROM.

(B) GPU.

(C) Memória RAM.

(D) Pendrive.

(E) SSD.

5. (IDECAN - 2022)

Sobre as memórias principais RAM e ROM, assinale a alternativa correta.

(A) Ambas são voláteis.

(B) Na memória ROM estão gravadas rotinas básicas do fabricante.

(C) Na memória RAM são armazenadas informações que não são suportadas pela ROM.

(D) O usuário pode escrever e apagar na memória ROM.

6. (IDECAN - 2022)

"Essa memória é programada por um dispositivo eletrônico que dá vantagens maiores do que os usados normalmente em circuitos elétricos. Uma vez programada, essa memória pode ser apagada apenas por exposição a uma forte luz ultravioleta. Essas memórias são facilmente reconhecíveis pela janela transparente no topo do pacote, pela qual o chip de silício pode ser visto, e que admite luz ultravioleta durante o apagamento."

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

O texto acima se refere a qual das memórias listadas abaixo? Assinale a alternativa **correta**.

(A) USB
(B) RAM
(C) ROM
(D) EPROM

7. (IDECAN - 2022)

Computadores em geral possuem diversos tipos de memórias, algumas são voláteis, que perdem as informações armazenadas ao desligar a alimentação e outras são não voláteis, que mesmo sem alimentação continuam com as informações armazenadas. Qual das opções abaixo contém apenas memórias, ou dispositivos de armazenamento, não voláteis.

(A) RAM, Flash, EPROM e Cache.
(B) HDD, ROM, EPROM e SSD.
(C) Cache, SSD, DRAM e Flash.
(D) SDRAM, HDD, ROM e DRAM.
(E) PROM, SSD, Cache e Flash.

8. (IDECAN - 2025)

No Windows 11, a Área de Transferência aprimorada permite aos usuários gerenciar e acessar rapidamente os itens copiados. Ao utilizar essa funcionalidade, é possível

(A) manter apenas o último item copiado na memória do sistema, substituindo automaticamente o conteúdo anterior.
(B) compartilhar automaticamente todos os itens copiados para outros dispositivos conectados à mesma rede Wi-Fi, sem necessidade de configuração adicional.
(C) acessar o histórico da Área de Transferência pressionando a combinação de teclas Ctrl + C.
(D) fixar itens no histórico da Área de Transferência para reutilização posterior, evitando que sejam apagados ao reiniciar o computador.
(E) armazenar permanentemente um número ilimitado de itens na Área de Transferência, independentemente da configuração do sistema.

9. (IDECAN - 2025)

Um usuário do *Windows 11* percebeu que o conteúdo copiado com **Ctrl + C** nem sempre fica disponível após reiniciar o computador. Ele então descobriu o recurso do Histórico da Área de Transferência, que permite acessar vários itens copiados recentemente.

Com base nisso, indique a alternativa que descreve corretamente uma funcionalidade do Histórico da Área de Transferência no *Windows 11.*

(A) A função de Histórico da Área de Transferência funciona apenas quando o modo avião está ativado.
(B) O Histórico da Área de Transferência é ativado por padrão em todas as edições do Windows 11 e não pode ser desativado.
(C) O comando Win + V abre o histórico, mas permite apenas visualizar os últimos três itens copiados.
(D) Ao copiar um novo item, o mais antigo é automaticamente removido se o limite do histórico for atingido.
(E) O Histórico da Área de Transferência armazena dados mesmo que o usuário tenha desativado esse recurso nas configurações.

10. (IDECAN - 2023)

Em um microcomputador com o Windows 11 BR instalado, um usuário acessou o *site* da Microsoft por meio do browser Google Chrome, em sua última versão. Para acessar a Área de Trabalho nesse sistema operacional, ele precisou executar um atalho de teclado.

Com base nesse caso hipotético, assinale a opção que apresenta o atalho de teclado executado pelo usuário, que consiste em pressionar as teclas  e

(A) D.
(B) V.
(C) E.
(D) Z.

11. (IDECAN - 2025)

Durante a preparação de um relatório no Microsoft Word 2021, um usuário deseja configurar o documento para que cada novo parágrafo inicie com um recuo automático de 2 cm, sem utilizar a tecla Tab e sem precisar configurar manualmente cada parágrafo. Para isso, o procedimento que deve ser realizado é

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

REALIDADE ÉTNICA SOCIAL, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO ACRE: (ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 345/2018)

1. (2026)

A ocupação do território acreano antecede a definição das fronteiras nacionais entre Brasil, Bolívia e Peru. Antes da expansão dos seringais, diferentes povos indígenas habitavam as bacias dos rios Juruá, Purus e Acre, desenvolvendo atividades econômicas, culturais e sociais relacionadas ao ambiente amazônico. Considerando as características dessa ocupação, assinale a alternativa correta.

(A) Os povos indígenas concentravam suas atividades exclusivamente nas margens dos grandes rios, sem utilizar caminhos terrestres ou áreas interiores da floresta.

(B) A organização econômica indígena surgiu apenas após o contato com comerciantes e trabalhadores vinculados à exploração da borracha.

(C) As populações indígenas possuíam formas próprias de organização territorial, utilizando rios, igarapés e caminhos terrestres para atividades produtivas, deslocamentos e relações sociais.

(D) Os grupos indígenas constituíam uma sociedade culturalmente homogênea, caracterizada pela ausência de conflitos e pela utilização uniforme dos recursos naturais.

(E) A presença indígena no Acre teve início com a incorporação do território ao Brasil, quando foram estabelecidas as primeiras comunidades permanentes.

2. (2026)

Durante o século XIX, a valorização internacional da borracha natural estimulou a chegada de trabalhadores ao sudoeste amazônico, especialmente migrantes nordestinos. A formação dos seringais modificou a ocupação territorial e estabeleceu relações específicas de produção. Sobre a organização tradicional dos seringais acreanos, assinale a alternativa correta.

(A) Os seringais eram constituídos por árvores nativas dispersas pela floresta, conectadas por estradas de seringa, nas quais os trabalhadores realizavam a extração do látex.

(B) A produção de borracha ocorria exclusivamente em grandes plantações organizadas por fileiras de seringueiras cultivadas artificialmente.

(C) A atividade extrativista dispensava conhecimento ambiental, pois a localização das árvores e as condições naturais não interferiam na produtividade.

(D) Os trabalhadores possuíam plena autonomia comercial, sendo responsáveis pela definição dos preços internacionais da borracha.

(E) A instalação dos seringais eliminou os conflitos territoriais com populações indígenas, uma vez que a exploração utilizava somente áreas desabitadas.

3. (2026)

O sistema de aviamento desempenhou papel central na organização econômica e social dos seringais acreanos. Por meio desse mecanismo, comerciantes e proprietários forneciam mercadorias aos trabalhadores, estabelecendo relações comerciais frequentemente marcadas por dependência financeira. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente esse sistema.

(A) Consistia na distribuição gratuita de ferramentas e alimentos, sem qualquer obrigação de compensação por parte dos seringueiros.

(B) Determinava que toda a borracha produzida fosse comercializada diretamente com compradores estrangeiros, sem intermediários.

(C) Garantia aos seringueiros liberdade irrestrita de aquisição de mercadorias, independentemente da localização dos barracões.

(D) Estabelecia remuneração fixa aos trabalhadores, desvinculada da quantidade de borracha extraída e dos preços praticados.

(E) Baseava-se no adiantamento de mercadorias, cujos valores eram registrados e posteriormente compensados com a produção entregue, podendo gerar endividamento persistente.

4. (2026)

A definição das fronteiras do Acre envolveu tratados internacionais, disputas de soberania e ocupação econômica por trabalhadores brasileiros. O Tratado de Ayacucho, firmado em 1867 entre Brasil e Bolívia,

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

constitui um dos principais antecedentes diplomáticos da questão acreana. Considerando seu significado histórico, assinale a alternativa correta.

(A) O tratado determinou a incorporação definitiva do Acre ao território brasileiro, encerrando todas as disputas fronteiriças.

(B) O acordo estabeleceu referências diplomáticas para a delimitação territorial, mas não resolveu antecipadamente os conflitos decorrentes da posterior expansão dos seringais.

(C) O documento criou o Estado Independente do Acre, reconhecido simultaneamente pelos governos brasileiro e boliviano.

(D) O tratado estabeleceu a autonomia política do Acre, permitindo a eleição direta de governadores estaduais.

(E) O acordo transferiu integralmente o território acreano ao Peru, impedindo a presença de autoridades brasileiras e bolivianas.

5. (2026)

A Revolução Acreana, intensificada entre 1902 e 1903, representou um momento decisivo na disputa pelo controle territorial da região. A mobilização envolveu trabalhadores, comerciantes e lideranças locais, sendo Plácido de Castro uma das principais figuras militares do movimento. Sobre esse processo histórico, assinale a alternativa correta.

(A) A Revolução Acreana teve como finalidade principal estabelecer a independência permanente do território em relação a todos os países sul-americanos.

(B) Os confrontos ocorreram exclusivamente por razões religiosas, sem relação com interesses econômicos ou disputas de soberania.

(C) A vitória militar dos insurgentes tornou desnecessária qualquer negociação diplomática entre Brasil e Bolívia.

(D) A mobilização buscou afastar o domínio boliviano e criar condições para a incorporação do território ao Brasil, embora a solução jurídica dependesse de negociação internacional.

(E) A participação de Plácido de Castro ocorreu somente após a assinatura do Tratado de Petrópolis, quando o território já estava pacificado.

6. (2026)

O Tratado de Petrópolis, firmado em 1903 entre Brasil e Bolívia, representou a solução diplomática decisiva para a incorporação da maior parte do Acre ao território brasileiro. O acordo envolveu compromissos econômicos, territoriais e de infraestrutura. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica desse tratado.

(A) Determinou a anexação territorial sem compensações ou compromissos assumidos pelo governo brasileiro.

(B) Estabeleceu compensações financeiras, ajustes territoriais e o compromisso brasileiro de construir a ferrovia Madeira-Mamoré.

(C) Reconheceu a independência internacional do Acre, transformando-o em país soberano.

(D) Transferiu a administração do território a um consórcio empresarial estrangeiro, responsável pela exploração permanente da borracha.

(E) Proibiu a utilização dos rios amazônicos para o comércio boliviano, encerrando as relações comerciais entre os países.

7. (2026)

Após a incorporação territorial ao Brasil, o Acre passou por transformações administrativas destinadas a consolidar a presença do Estado brasileiro. Em 1904, foi organizado como Território Federal, condição que apresentava diferenças importantes em relação à autonomia de um estado federado. Assinale a alternativa correta.

(A) O Território Federal possuía soberania internacional própria, podendo estabelecer relações diplomáticas independentes.

(B) A criação do Território Federal eliminou imediatamente as dificuldades de transporte, comunicação e prestação de serviços públicos.

(C) O governo territorial era integralmente escolhido pela população local, sem qualquer interferência da União.

(D) A organização territorial extinguiu as atividades extrativistas, substituindo-as obrigatoriamente pela industrialização.

(E) O Acre passou a integrar uma estrutura administrativa diretamente vinculada à União, caracterizada por menor autonomia política e significativa dependência de decisões federais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL

1. (IDECAN - 2025)

Leia os seguintes trechos:

"[...] diz respeito ao juízo de censura, ao juízo de reprovabilidade que se faz sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente. Reprovável ou censurável é aquela conduta levada a efeito pelo agente que, nas condições em que se encontrava, podia agir de outro modo. Na precisa lição de Miguel Reale Júnior, 'reprova-se o agente por ter optado de tal modo que, sendo-lhe possível atuar em conformidade com o direito, haja preferido agir contrariamente ao exigido pela lei'"

"[...] é um juízo sobre a formação da vontade do agente"

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal Vol.1 - 27ª Edição 2025. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.111. Acesso em: 01 jul. 2025

Assinale a alternativa que corresponde ao princípio abordado de maneira preponderante nos trechos transcritos.

(A) Princípio da responsabilidade pessoal.
(B) Princípio da individualização da pena.
(C) Princípio da culpabilidade.
(D) Princípio da insignificância.
(E) Princípio da intervenção mínima.

2. (IDECAN - 2023)

Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

(A) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.
(B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
(D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.
(E) A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.

3. (IDECAN - 2021)

Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

(A) será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.
(B) será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.
(C) será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.
(D) poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.
(E) será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

4. (IDECAN - 2022)

Douglas, nascido em 10/11/2003, manteve sua namorada Júlia em cárcere privado durante o período de 18/10/2021 a 10/11/2021, data em que a polícia descobriu a localização da vítima, libertou-a e prendeu Douglas em flagrante delito.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

Nesse sentido, considerando apenas a situação exposta, é correto afirmar que, em relação ao tempo do crime,

(A) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.

(B) adota-se a Teoria do Resultado, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.

(C) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.

(D) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.

(E) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, consoante interpretação mais favorável ao réu, Douglas não pode ser considerado imputável, estando sujeito apenas a medida de segurança.

5. (IDECAN - 2022)

Acerca do dolo e da culpa no âmbito penal, analise os itens abaixo:

I.O crime preterdoloso é aquele em que o agente age com o chamado dolo culposo.

II.Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

III.A depender do nexo de causalidade, se o agente der causa ao resultado por imperícia, é possível que o crime seja doloso ou culposo.

Está(ão) **correto(s)** o(s) item(ns):

(A) apenas **I**.

(B) apenas **II**.

(C) apenas **III**.

(D) apenas **I** e **II**.

(E) I, II e III.

6. (IDECAN - 2023)

À luz das disposições trazidas pelo Código Penal a respeito do poder punitivo, é correto afirmar que:

(A) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. Trata-se de hipótese de crime impossível.

(B) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta ou relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. Na hipótese, teremos crime impossível previsível.

(C) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta ou relativa impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. Nessa hipótese, teremos crime tentado.

(D) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. Cuida-se de hipótese de crime tentado.

7. (IDECAN - 2023)

Consideradas as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

(A) O estado de necessidade pode ser alegado por quem tem dever legal de enfrentar o perigo.

(B) Ao atuar sob amparo de uma causa excludente da ilicitude, o agente não pratica crime.

(C) O estrito cumprimento do dever legal exclui a tipicidade derivada.

(D) A legítima defesa afasta a culpabilidade, isentando o agente de pena em abstrato.

8. (IDECAN - 2021)

Turista estrangeiro que chega ao Brasil portando munição, sem saber que sua conduta é proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro, poderá alegar ausência de

(A) culpabilidade pela falta de potencial consciência da ilicitude da conduta.

(B) ilicitude pelo exercício regular de direito.

(C) tipicidade pela falta de dolo.

(D) culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.

(E) conduta penalmente relevante.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (IDECAN - 2021)

O devido processo legal é princípio constitucional assegurador de que ninguém será privado de seus bens nem de sua liberdade sem o devido processo legal. Para além dessa garantia, do ponto de vista privado, o princípio do devido processo legal traduz também o direito de saber quais são as regras do jogo processual. Nesse sentido, em atenção às disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, bem como às normas existentes no respectivo Código de Processo Penal acerca da prova, assinale a alternativa correta.

(A) Adotamos o sistema misto inquisitivo, sendo certo que não se exige, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.

(B) Adotamos o sistema tarifado de provas e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.

(C) Adotamos o sistema do livre convencimento motivado para a valoração da prova, bem como o sistema inquisitivo no que tange ao processo penal.

(D) Adotamos o sistema acusatório e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.

(E) Adotamos o sistema acusatório no que tange ao processo penal e, no tocante à valoração da prova, adotamos o sistema da íntima convicção.

2. (IDECAN - 2024)

À luz do Código Processual Penal pátrio, tem-se que o processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados, apenas:

(A) a aplicação de suas normas desde logo, mesmo que ocorra prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, dentre outras situações.

(B) os processos da competência da Justiça Eleitoral, dentre outras situações.

(C) a observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à presença, a qualquer tempo, dentre outras situações.

(D) as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, dentre outras situações.

(E) os processos por crimes contra a administração pública, dentre outras situações.

3. (IDECAN - 2022)

P4 – DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Assinale abaixo a alternativa que contempla apenas fonte primárias do direito processual penal:

(A) tratados, costumes e jurisprudência.

(B) leis, tratados e emendas à constituição.

(C) leis, jurisprudência e princípios gerais de direito.

(D) doutrina, jurisprudência e princípios gerais de direito.

(E) leis, jurisprudência e emendas à constituição.

4. (IDECAN - 2021)

Em caso de alteração legislativa no Código de Processo Penal, que traga apenas disposições de direito processual, é correto afirmar que referida alteração legislativa será aplicada

(A) com ressalvas, respeitando-se a irretroatividade maligna.

(B) apenas quando se iniciar uma nova fase processual, sendo certo que as fases são: postulatória, instrutória, decisória e recursal.

(C) a depender do caso concreto, podendo as partes solicitar a manutenção do regramento anterior se este se revelar mais eficiente ao caso já em andamento.

(D) apenas para os delitos praticados após a entrada em vigor de referida lei processual, exceto se a lei nova se revelar mais benéfica, ocasião em que deverá retroagir.

(E) desde logo, sem prejuízo dos atos praticados sob a égide de lei processual penal anterior.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

5. (IDECAN - 2023)

No que importa à incomunicabilidade do indiciado, é correto afirmar que:

(A) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de decisão definitiva nos autos e também será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir. É constitucional, porém deve respeito ao disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963).

(B) Em razão de interesse da sociedade ou da conveniência que investigação a exigir, a incomunicabilidade do indiciado poderá ocorrer por despacho nos autos do inquérito, ao comando da autoridade policial. É discutida sua constitucionalidade por violação do disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963).

(C) A incomunicabilidade do indiciado presente no art.2º dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir. É discutida sua constitucionalidade por não ter sido recepcionada pela nova ordem constitucional trazida no inciso IV do §3º do art. 136 da CRFB.

(D) A incomunicabilidade, que não excederá de oito dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, independente de requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963).

6. (IDECAN - 2023)

"Por inquérito policial compreende-se o conjunto de diligências realizadas pela autoridade policial para a obtenção de elementos que apontem a autoria e comprovem a materialidade das infrações penais investigadas, permitindo ao Ministério Público (nos crimes de ação penal pública) e ao ofendido (nos crimes de ação penal privada) o oferecimento de denúncia e da queixa-crime".

AVENA, Noberto. Processo Penal. 14 ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. p. 135.

Sobre o inquérito policial, assinale a assertiva **correta**.

(A) Todos os atos do inquérito policial precisam estar escritos, inclusive os depoimentos de investigados e testemunhas, que devem, necessariamente ser transcritos.

(B) Os atos do inquérito devem seguir o princípio da publicidade da Administração Pública, portanto, não são possíveis os atos sigilosos.

(C) O inquérito possui natureza administrativa e é um procedimento inquisitorial, ou seja, não há ampla defesa no seu curso.

(D) O inquérito policial é imprescindível para o ajuizamento da ação penal, ou seja, se for dispensado, estará irregular.

7. (IDECAN - 2022)

Acerca do inquérito policial, analise as situações a seguir e assinale a alternativa correta.

(A) Findas as diligências e, entendendo estar o procedimento suficientemente instruído, a autoridade policial elaborará minucioso relatório. Caso referido relatório conclua pelo arquivamento do inquérito policial, a autoridade policial determinará o respectivo arquivamento, sendo certo que o Ministério Público, como fiscal da lei, fará a revisão da legalidade do ato.

(B) O delegado de policia não poderá instaurar inquérito policial, mesmo diante de condução coercitiva oriunda de situação flagrancial, quando se tratar de delito de ação penal pública condicionada à representação sem que a vítima tenha representado.

(C) Com lastro no sistema acusatório, o Inquérito policial, cuja natureza é de procedimento administrativo, não pode ser sigiloso, devendo também, tal como o processo, respeitar o princípio da publicidade, excepcionando-se apenas as situações em que o sigilo se impuser, desde que devidamente justificado.

(D) É defeso à autoridade policial, com lastro na presunção de inocência, averiguar a vida pregressa do indiciado e seu estado de ânimo antes e depois do crime, bem como quaisquer outros elementos que contribuírem para apreciação do seu temperamento e caráter.

(E) O delegado de polícia, que, durante o plantão, recebe uma ligação anônima noticiando a prática de delito de roubo com resultado morte ocorrido nas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

1. (IDECAN - 2025)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

(A) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo.

(B) subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.

(C) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

(D) produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

(E) aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança ou adolescente, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

2. (IDECAN - 2023)

Acerca dos crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, previstos na Lei nº 8.069/1990, sem prejuízo do disposto na legislação penal, marque a alternativa correta.

(A) Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão é crime cuja pena é detenção de seis meses a dois anos.

(B) Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, dependendo da pena prevista, se aplica a lei nº 9.099, de 26.09.1995.

(C) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente é crime cuja pena é detenção de três meses a dois anos.

(D) Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime cuja pena é reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

3. (IDECAN - 2022)

A violência contra crianças e adolescentes é uma preocupante realidade em nosso pais. Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2018 as principais denúncias de violações de direitos humanos recebidas foram de situações envolvendo crianças e adolescentes, representando média de 209 denúncias por dia e 55,28% do total das denúncias realizadas aos canais. Na perspectiva de modificar essa realidade e efetivar a proteção integral de crianças e adolescentes, em abril de 2017 foi promulgada a Lei 13.431, que entrou em vigor no ano seguinte.

Sobre a referida lei, analise as afirmativas a seguir:

I. Normatiza o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

II. Cria mecanismos para prevenir e coibir a violência e estabeleceu medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

III. Define os princípios para a escuta de crianças e adolescentes vitimas ou testemunhas de violência, com foco na eliminação de procedimentos revitimizantes.

IV. Estabelece que a escuta especializada deve ser realizada pelos órgãos investigativos de segurança pública e pelo Sistema de Justiça.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II, III e IV.
(B) I e III, apenas.
(C) IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) III, apenas.

4. (IDECAN - 2026)

Um provedor de conexão à internet é autuado por órgão regulador após bloquear intencionalmente o acesso a um serviço de vídeo sob demanda de concorrente, enquanto mantém o tráfego de seu próprio serviço de streaming sem restrições. A prática viola um dos pilares estabelecidos no Marco Civil da Internet, que assegura o tratamento isonômico de dados na rede, independentemente de seu conteúdo, origem ou destino. Esse princípio é denominado:

(A) Privacidade de Dados.
(B) Neutralidade de Rede.
(C) Liberdade de Expressão.
(D) Governança Multissetorial.
(E) Responsabilidade Civil Objetiva.

5. (IDECAN - 2026)

O Marco Civil da Internet estabelece que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento deve tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação, permitindo exceções apenas para requisitos técnicos indispensáveis ou serviços de emergência devidamente regulamentados. Assinale a alternativa que classifica esse mandamento de isonomia no transporte de informações.

(A) Gerenciamento de tráfego.
(B) Qualidade de serviço.
(C) Neutralidade de rede.
(D) Filtragem de conteúdo.
(E) Priorização comercial.

6. (IDECAN - 2026)

Um provedor de conexão à Internet, alegando custos operacionais elevados, contrata uma empresa terceirizada para armazenar e gerenciar os registros de conexão de seus usuários, transferindo formalmente a responsabilidade legal pela integridade e disponibilidade desses dados para essa contratada. O trecho do Marco Civil da Internet que proíbe essa conduta é:

(A) Os registros de acesso devem ser mantidos pelo provedor de aplicações por período mínimo de seis meses.
(B) O provedor de conexão deve garantir a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários.
(C) A neutralidade de rede deve ser observada em toda a infraestrutura de telecomunicações.
(D) A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.
(E) A autoridade policial pode requisitar dados cadastrais sem autorização judicial em casos de urgência.

7. (IDECAN - 2021)

Paula, primária e de bons antecedentes, praticou delito de tráfico de drogas em 10/11/2006 e por tal delito foi condenada a 9 anos de reclusão em regime inicial fechado. No tocante às regras da progressão de regime e levando em conta a natureza do delito em análise, bem como o entendimento jurisprudencialmente consolidado sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 2/5 da pena.
(B) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 3/5 da pena.
(C) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 1/6 da pena.
(D) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 50% da pena.
(E) Paula não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.

8. (IDECAN - 2026)

Durante estudo acerca da proteção jurídica contra práticas discriminatórias, discutiu-se a finalidade da Lei nº 7.716/1989. Tendo por fundamento a Lei nº 7.716/1989, assinale a alternativa que trata **corretamente** a matéria.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (IDECAN - 2023)

O artigo 5° em seu inciso XIII determina: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Tal dispositivo é um exemplo de uma norma de eficácia

(A) plena.
(B) contida.
(C) mediata.
(D) limitada.

2. (IDECAN - 2026)

A estruturação político-jurídica dos entes federativos brasileiros demanda a elaboração de suas próprias leis fundamentais, respeitando a autonomia administrativa e os ditames da Constituição Federal. A Constituição do Estado de Roraima, promulgada para organizar o ente estadual e definir suas diretrizes regionais, é fruto direto do exercício de uma modalidade específica de poder constituinte. Considerando a natureza jurídica e as características limitadoras do poder responsável pela criação da referida Constituição Estadual, constata-se que ele é classificado doutrinariamente como Poder Constituinte:

(A) Derivado decorrente, estruturando-se como um poder de natureza estritamente subordinada, condicionada e juridicamente limitada aos princípios estabelecidos na Carta Magna.
(B) Originário primário, definindo-se como um poder de caráter essencialmente incondicionado, autônomo e juridicamente ilimitado para instituir a nova ordem estadual.
(C) Derivado reformador, manifestando-se por meio de um processo legislativo diferenciado voltado à alteração periódica e irrestrita das normas constitucionais originárias.
(D) Constituinte difuso, evidenciando-se mediante a mutação constitucional interpretativa que modifica formalmente o texto legislativo para promover a autonomia dos entes.
(E) Derivado revisor, operando-se mediante o voto da maioria absoluta em sessão unicameral para criar a estrutura orgânica dos entes estaduais.

3. (IDECAN - 2025)

Sobre as características do Poder Constituinte Originário, marque a alternativa **correta**.

(A) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; não segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.
(B) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.
(C) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; não segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo “movimento constitucionalista”.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; não há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; não segue condições préestabelecidas; existe proibição de surgimento de um novo "movimento constitucionalista".
(E) Ele dá início a uma nova ordem jurídica; há necessidade de respeitar qualquer limite imposto pela constituição anterior; segue condições pré-estabelecidas; não existe proibição de surgimento de um novo "movimento constitucionalista".

4. (IDECAN - 2025)

O Poder Constituinte Derivado é caracterizado por ser:

(A) Subordinado, condicionado, ilimitado.
(B) Insubordinado, condicionado, limitado.
(C) Subordinado, condicionado, limitado.
(D) Insubordinado, incondicionado, limitado.
(E) Insubordinado, incondicionado, ilimitado.

5. (IDECAN - 2022)

Na hermenêutica clássica, defendia-se que a Constituição poderia ser interpretada da mesma forma como as demais leis eram interpretadas, utilizando-se, por exemplo, a interpretação gramatical ou teleológica. No entanto, com a propagação do chamado neoconstitucionalismo, houve uma grande evolução dos métodos de interpretação das constituições, forte na ideia de que as normas constitucionais podem ser:

(A) simples ou complexas.
(B) ordinárias ou extraordinárias.
(C) absolutas ou relativas.
(D) regras ou princípios.
(E) leis ou emendas.

6. (IDECAN - 2024)

Segundo a Constituição Federal de 1988, dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil consta o(a)

(A) ética.
(B) patriotismo.
(C) pluralismo político.
(D) ordem econômica internacional.

7. (IDECAN - 2024)

A Constituição Federal de 1988 traz diversos princípios fundamentais para a República Federativa do Brasil, a qual se configura como um Estado Democrático de Direito fundado no:

(A) repúdio ao terrorismo e ao asilo político.
(B) socialismo.
(C) soberania.
(D) violabilidade do direito à vida.
(E) libertarianismo.

8. (IDECAN - 2023)

Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

(A) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
(B) a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.
(C) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
(D) a soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa e o pluralismo político.

9. (IDECAN - 2023)

Analisando os Princípios Fundamentais, podemos afirmar que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e que se constitui:

(A) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
(B) Em Estado Democrático de Direito e tem como características abstratas: a soberania; direitos fundamentais à cidadania; meio ambiente, a dignidade da pessoa; os valores sociais e o pluralismo político.
(C) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos do Código Eleitoral.
(D) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, em rol exaustivo, a soberania; a dignidade da pessoa; direito a vida; os valores sociais do trabalho e o pluralismo político.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IDECAN - 2024)

A matéria pertinente às fontes do direito constitui objeto de estudo da teoria geral do direito. No entanto, é importante a análise do assunto na área do Direito Administrativo, pelas peculiaridades de algumas de suas fontes.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) As resoluções, as portarias, as instruções, as circulares, os regimentos, as ordens de serviços e os avisos praticados pela Administração Pública não podem ser considerados como fontes do Direito Administrativo, porque não têm a qualidade jurídica de lei.

(B) No Direito brasileiro, a jurisprudência não é considerada fonte do Direito Administrativo, em razão dos princípios da impessoalidade e da legalidade na Administração Pública.

(C) As Constituições dos Estados-membros e as leis orgânicas dos Distrito Federal e dos Municípios também são fontes do Direito Administrativo, porque o Estado brasileiro adotou a forma federativa.

(D) No Direito brasileiro, o costume é fonte primaria e formal do Direito Administrativo, prevalecendo, inclusive, sobre a doutrina e a lei.

2. (IDECAN - 2026)

Na prática, a aplicação da ética na administração pública orienta a conduta do agente público para garantir que o interesse coletivo prevaleça sobre interesses privados. Tal atuação é baseada nos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, servindo como pilar para a transparência e a confiança da sociedade no Estado. Assim, o princípio que garante a transparência dos atos administrativos, aplica-se fornecendo acesso a dados e informações públicas, permitindo que a sociedade fiscalize o uso dos recursos e evite abusos, é corretamente definido como:

(A) Impessoalidade.

(B) Publicidade.

(C) Moralidade.

(D) Eficiência.

3. (IDECAN - 2025)

São princípios da administração pública direta e indireta contidos no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil:

(A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(B) legalidade, economia, moralidade, publicidade e ampla defesa.

(C) legalidade, universalidade, moralidade, publicidade e lealdade.

(D) legalidade, moralidade, igualdade, economia e transparência.

(E) legalidade, prudência, publicidade, economia e contraditório.

4. (IDECAN - 2024)

O princípio da eficiência na administração pública exige que as atividades sejam realizadas com presteza, perfeição e rendimento funcional. Considerando esse princípio, identifique, entre as alternativas apresentadas, aquela que melhor exemplifica a sua aplicação na gestão pública.

(A) Uma agência governamental que adota medidas para reduzir custos, mas que resultam em atrasos significativos na entrega de serviços ao público.

(B) Um órgão público que prioriza a rapidez no atendimento ao público, mesmo que isso implique em redução da qualidade e da precisão das informações fornecidas.

(C) Uma secretaria que implementa um sistema de avaliação de desempenho para seus funcionários, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados.

(D) Um departamento que mantém procedimentos burocráticos extensos e complexos, garantindo que todos os processos sejam seguidos rigorosamente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

5. (IDECAN - 2026)

Durante procedimento administrativo instaurado para apuração de irregularidade contratual, a autoridade responsável determinou a produção de prova técnica adicional antes da tomada de decisão final, ainda que nenhuma das partes tivesse formulado requerimento nesse sentido. A atuação descrita encontra fundamento predominante no princípio da:

(A) Especialidade.
(B) Oficialidade.
(C) Publicidade.
(D) Autotutela.
(E) Descentralização.

6. (IDECAN - 2024)

Considere o excerto a seguir:

Processo administrativo preliminar que visa apurar a existência de indícios quanto à infração funcional e à respectiva autoria, caracterizando-se pela inquisitoriedade e não litigiosidade, uma vez que não tem como objetivo principal a aplicação de sanção ao agente. Seu objetivo é somente buscar elementos que servirão de fundamento para instauração do futuro processo disciplinar principal

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. ***Curso de Direito Administrativo.*** *Grupo GEN, 2023, p. 365*

O referido processo administrativo caracteriza um(a)

(A) parecer público.
(B) decisão coordenada.
(C) termo de declaração.
(D) sindicância administrativa.

7. (IDECAN - 2024)

Após a publicação de um ato administrativo que impôs restrições severas ao uso de espaços públicos municipais, diversos cidadãos questionaram sua legalidade e adequação. Considerando-se o exposto, quanto à sua natureza jurídica, tal ato é classificado como um:

(A) ato punitivo, pois aplica uma penalidade diretamente aos cidadãos.
(B) ato ordinatório, pois visa organizar as funções dentro da administração pública.
(C) ato negocial, pois trata de um acordo de vontades entre a administração e os cidadãos.
(D) ato normativo, pois estabelece regras gerais e abstratas aplicáveis a todos os indivíduos sob sua jurisdição.
(E) ato enunciativo, pois apenas declara uma situação sem ordenar ou permitir uma conduta específica.

8. (IDECAN - 2023)

O guarda municipal João, após o cumprimento do período aquisitivo de férias, pediu exoneração do cargo público antes de gozar as férias. Diante de tal situação, a autoridade competente indeferiu o pedido de exoneração e manteve João no serviço público pelo prazo de 30 (trinta) dias sem trabalhar, após o que foi efetivada uma exoneração de ofício. À luz dos conceitos de invalidação, revogação e anulação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Como João requereu uma exoneração a pedido, é nulo o ato administrativo de exoneração de ofício na situação em questão.
(B) A autoridade competente deveria ter anulado o pedido de exoneração de João, pois a situação em questão não contempla juízo de conveniência e oportunidade.
(C) Está presente, na situação em questão, uma revogação de ato administrativo.
(D) A autoridade competente agiu corretamente ao invalidar o pedido de exoneração feito por João, pois não seria caso de revogação e nem de anulação de ato administrativo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (IDECAN - 2023)

As condutas periciais tanto do Perito Criminal quanto do Perito Médico-Legista devem observar princípios e obrigações. A alternativa que **não** corresponde a esses preceitos é a que dispõe sobre

(A) a utilização de protocolos com aplicação de roteiros pré-estabelecidos, baseados em disciplina metodológica, ferir os princípios da autonomia e da liberdade, necessários ao pleno exercício da atividade pericial.

(B) o dever de informar ser imprescindível, como requisito prévio para o consentimento e a legitimidade do ato pericial.

(C) o atendimento aos princípios da imparcialidade e do compromisso com a verdade, para que a prova pericial seja útil à justiça.

(D) os peritos terem o dever de atualização profissional, não bastando a habilitação legal (diploma de curso superior) para garantir o êxito do trabalho pericial, esperando-se que haja um aprimoramento técnico-científico continuado.

(E) os deveres dos peritos, a vigilância, a atenção e a diligência no ato pericial, para que se evitem imprudências e negligências.

2. (IDECAN - 2023)

Ocorreu um homicídio por arma de fogo em um bairro de Aracaju. A perícia foi acionada, e ao chegar no local, depararam-se com policiais que haviam recolhido a suposta arma usada no crime e as capsulas deflagradas, que estavam todas espalhadas pelo chão do local. O material foi entregue fora de qualquer embalagem aos peritos. Após os procedimentos periciais, o corpo da vítima foi encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização da necropsia, realizada 5 horas após o óbito. Foi constatada duas entradas de projétil de arma de fogo no crânio, e nenhuma outra lesão pelo corpo.

Com base no descrito e seus conhecimentos de direito processual penal, assinale a alternativa **incorreta.**

(A) O procedimento do legista foi incorreto, pois não se pode realizar necrópsia antes de 6 horas da morte.

(B) A cadeia de custódia não foi preservada, pois os policiais deveriam preservar o local e esperar a chegada dos peritos para a coleta de indícios.

(C) A coleta de vestígios é feita preferencialmente por peritos oficiais.

(D) Se a causa da morte for evidente ou não houver crime a apurar, o médico legista pode optar por não abrir o corpo, o que consignará no laudo.

(E) O agente público que reconhecer um elemento, como de potencial interesse para a produção da prova pericial, fica responsável por sua preservação.

3. (IDECAN - 2023)

Identifique a alternativa a seguir não está em conformidade com o conceito de local de crime.

(A) Qualquer local onde tenha ocorrido um fato potencialmente delituoso, abrangendo, também, os locais relacionados ao delito onde tenham ocorrido atos preparatórios materiais ou ulteriores à consumação delitiva.

(B) Constitui-se apenas pela região onde houve a constatação de um fato potencialmente delitivo.

(C) Toda área onde tenha ocorrido qualquer fato que reclame providências policiais.

(D) A porção do espaço compreendida num raio que, tendo por origem o ponto no qual é constatado o fato, se estenda de modo a abranger todos os lugares em que, aparente, necessária ou presumivelmente, hajam sido praticados, pelo criminoso, ou pelos criminosos, os atos materiais, preliminares ou posteriores, à consumação do delito, e com este diretamente relacionados.

(E) Qualquer local onde tenha ocorrido um fato que possa ser caracterizado como um delito e os locais a ele relacionados, quer de forma anterior ou ulterior a sua consumação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

4. (IDECAN - 2022)

Em relação aos conceitos em Balística, marque a alternativa **incorreta**:

(A) O Coeficiente Balístico representa o poder de penetração do projétil.

(B) A densidade do meio, o fator de forma do projétil, sua velocidade e seu calibre influenciam o arrasto.

(C) Um projétil é dito estável em sua trajetória quando seu centro de massa e seu centro de pressão estão alinhados com a trajetória.

(D) O movimento de rotação do projétil (devido à presença de raias no cano das armas) está relacionado a outros dois movimentos, a saber, o de precessão e o de nutação; ambos assemelham-se a um peão de brinquedo em desaceleração.

(E) Ondas de choque e de pressão são idênticas em amplitude e velocidade, por isso produzem o mesmo efeito no tecido atingido, resultando no fenômeno de cavitação.

5. (IDECAN - 2023)

Marque a alternativa correta em relação à classificação e às peculiaridades inerentes aos vestígios encontrados em locais de crime.

(A) Os vestígios com relação à determinação de autoria podem ser classificados em verdadeiros, ilusórios ou forjados.

(B) Os pelos, diferentemente das manchas de sêmen, não permitem a identificação de um suspeito, nem podem contribuir com informações relevantes à elucidação da dinâmica do fato ou à caracterização de violência, por exemplo, pois, suas células são desprovidas de material genético.

(C) Mesmo em situações em que o cadáver encontra-se em estado avançado de decomposição, existem técnicas necropapiloscópicas capazes de recuperar as papilas dérmicas, a fim de viabilizar a coleta de impressões digitais como hidratação dos dedos em meio aquoso, entintamento direto do tecido, microadesão ou injeção de ar ou substância oleosa nas polpas digitais.

(D) Para a caracterização do elemento "conjunção carnal" no crime de estupro, é necessária a identificação de espermatozoide dentro da vagina da vítima. Portanto, a identificação de esperma de um agressor que já se submeteu à vasectomia determina o gênero (masculino) desse agressor, mas impossibilita sua individualização.

(E) Os cristais no sangue do cadáver putrefeito, descritos pelos brasileiros Martinho da Rocha e Belmiro Valverde, surgem nas primeiras horas após a morte e permanecem visíveis até 48 horas depois da morte.

6. (IDECAN - 2023)

No local de crime ou no Instituto de Medicina Legal, durante o processo de coleta e acondicionamento dos vestígios é necessário buscar a manutenção de sua integridade, evitando assim a contaminação por contato, por mistura ou por material biológico do coletor. Já dentro do Laboratório de Genética Forense é importante buscar um ambiente adequado e adotar protocolos de limpeza e desinfecção que evitem, ao máximo, qualquer tipo de contaminante nas amostras analisadas. Sobre a coleta, armazenamento e transporte dos vestígios biológicos, assinale a alternativa correta que contém o tipo de amostra, procedimento de coleta mais adequado e a justificativa para embasar os procedimentos realizados.

(A) Sangue seco em cena de crime - swab umedecido - quantidade de amostra.

(B) Cadáver com morte recente - dentes incisivos - facilidade de manipulação.

(C) Sangue fluído em cena de crime - saco de plástico - conservação da amostra.

(D) Saliva em marca de mordida - chumaço de algodão - qualidade de DNA.

(E) Corpos esqueletizados - restos de tecidos moles aderidos - DNA conservado.

7. (IDECAN - 2023)

De acordo com seus conhecimentos sobre documentos médico-legais, assinale a opção **correta.**

(A) Quando o laudo pericial é feito a partir de informações do prontuário, na ausência do examinado, ele é dito laudo direto.

(B) Dentre as partes que integram o relatório médico-legal, o histórico é a mais relevante, do ponto de vista pericial, pois as informações ali registradas são de responsabilidade do perito.

(C) O atestado gracioso caracteriza conduta moralmente reprovável, sujeita a sanções éticas junto ao respectivo Conselho Regional de Medicina.

(D) À opinião do legista ouvida sub judice, em audiência, dá-se o nome de auto.

(E) Parecer médico-legal é caracteriza-se pela deliberação técnica sobre determinado caso ou doença, mas não tem valor científico nem jurídico.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES

1. (2026)

Sobre política criminal, polícia e políticas públicas de prevenção de delitos, analise os itens a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

( ) A política criminal tem como único objetivo fornecer ao legislador dados para que este possa tomar boas decisões no tocante à conveniência de criminalizar ou não determinadas condutas.

( ) A estratégia de policiamento para prevenir delitos integra o âmbito da política criminal, com a mesma ênfase da política judiciária e da política penitenciária.

( ) As funções de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio são atribuídas às Polícias, conforme dispõe a Constituição Federal no seu art. 144.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – V – V.
(B) F – V – V.
(C) V – V – F.
(D) F – F – V.
(E) V – F – F.

2. (2025)

Acerca do conceito de Criminologia e saberes penais afins, relacione os enunciados aos respectivos termos.

I. Estudo empírico e interdisciplinar que se propõe a explicar as causas da criminalidade.

II. Se refere ao conjunto de medidas e programas governamentais voltados à prevenção e à repressão do delito.

III. Compreende o arcabouço de normas e princípios que estabelecem os crimes e suas respectivas sanções.

( ) Dogmática Penal
( ) Política Criminal
( ) Criminologia

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) III – II – I.
(B) III – I – II.
(C) II – III – I.
(D) II – I – III.
(E) I – II – III.

3. (2024)

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.
(B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.
(C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.
(D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.
(E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

4. (2026)

A respeito da escola liberal clássica, é incorreto afirmar que

(A) o comportamento delituoso era produto do livre arbítrio do indivíduo, sobretudo de suas escolhas morais, refletindo o advento do pensamento liberal da Europa do século **XVIII**.
(B) entre as suas perspectivas, a escola clássica constituiu um movimento de racionalização do castigo, opondo-se às execuções de pena violentas e da tortura, típicas do Antigo Regime.
(C) para Beccaria, um expoente da escola clássica, sendo o delito uma escolha individual e livre do delinquente, a pena era uma retribuição lógica, não havendo finalidade específica para a sua imposição, assegurando-se o seu cumprimento em condições dignas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) a escola liberal compreendeu o lançamento das bases da principiologia do Direito Penal moderno, sobretudo as primeiras formulações do princípio da legalidade.

(E) o pensamento da escola liberal clássica vislumbra a pena como instrumento da defesa da sociedade, perspectiva esta compartilhada com a escola positivista.

5. (2026)

"Na frenologia (como em certa medida nas neurociências) a delinquência seria determinada biologicamente. Nesse ponto ela foi precursora para a passagem do objeto da criminologia. Se o delito era o centro das atenções no pensamento liberal, o objeto que se impõe agora é o delinquente. As ciências naturais ajudariam a detectar e corrigir os anormais".

(BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011

O trecho acima descreve o pensamento da seguinte escola criminológica:

(A) Criminologia crítica.

(B) Positivismo.

(C) Rotulacionismo.

(D) Teoria da associação diferencial.

(E) Movimento de Lei e Ordem.

6. (2022)

"Dos delitos e das penas" é um tratado escrito em 1764 por Cesare Beccaria, e é considerado a expressão do pensamento filosófico e político europeu sobre a pena e as ditas ciências penais – o que conhecemos também como movimentos penais ilustrados.

Considerando este momento da história do pensamento criminológico, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os movimentos penais ilustrados são responsáveis pela fundação da criminologia enquanto disciplina e são a base do Direito Penal moderno.

II. As origens iluministas da criminologia encontram-se justamente na ascensão do racionalismo como forma de se opor ao utilitarismo das relações sociais feudais.

III. Embora os fundamentos filosóficos das funções atribuídas à pena sejam historicamente anteriores, a sistematização de uma teoria da pena no século XVIII está associada à limitação do poder punitivo do Estado.

IV. A Escola Clássica italiana, integrante dos movimentos penais ilustrados, foi a única a se aproximar de uma hipótese determinista, pela qual o caráter criminoso do indivíduo é um traço que o diferencia dos demais.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III, apenas.

(B) II e IV apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) III e IV, apenas.

7. (2026)

A respeito das contribuições criminológicas de Edwin Sutherland e a teoria da associação diferencial, é correto afirmar que

(A) o autor se inspirou extensamente no pensamento positivista, reproduzindo uma visão ontológica do delito e do delinquente.

(B) Sutherland é um dos expoentes do movimento conhecido como *labelling approach*, e sua obra adensa a reflexão sobre quem são os destinatários da lei penal.

(C) a teoria da associação diferencial parte da ideia da incomunicabilidade entre as diferentes subculturas criminais que compõem um grupo social.

(D) Sutherland refuta as teorias que explicam o delito sobre o paradigma biológico e seu pensamento inaugurou um olhar mais atento sobre o chamado "crime do colarinho branco".

(E) a obra de Sutherland foi pioneira ao considerar o impacto dos conflitos relativos à raça e gênero no estudo da criminologia.

8. (2024)

A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores. Este modelo veio a ser conhecido como

(A) Tolerância zero.

(B) Direito penal do inimigo.

(C) Política criminal atuarial.

(D) Direito penal mínimo.

(E) Populismo penal.

9. (2023)

O Índice Global da Paz (Global Peace Index), coloca o Brasil na 128ª posição entre 163 países, considerando-o, assim, como uma nação com "baixo estado de paz". O ranking é elaborado pela pontuação avaliada levando em conta indicadores que vão da criminalidade urbana ao grau de estabilidade política. No Brasil, a violência pode ser considerada como um fenômeno

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

CRIMINOLOGIA E VITIMOLOGIA

1. (IDECAN - 2022)

De acordo com os preceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade aplicados à Administração Pública.

I. O Princípio da Eficiência se instalou definitivamente na vida pública nacional. A partir dele, sob o escopo legal, abriu-se a possibilidade de se praticar a administração pública com eficiência, eficácia e efetividade. Os pressupostos da moderna teoria gerencial podem ser adotados por qualquer governo, seja nos planos federal, estadual ou municipal (CASTRO, 2006).

PORQUE

I. Provocou enormes mudanças na gestão pública brasileira.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas. A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

(A) As asserções **I** e **II** são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da **I.**

(B) A asserção **I** é uma proposição verdadeira, e a **II** é uma proposição falsa.

(C) A asserção **I** é uma proposição falsa, e a **II** é uma proposição verdadeira.

(D) As asserções **I** e **II** são proposições verdadeiras, e a **II** é uma consequência da **I**.

(E) As asserções **I** e **II** são proposições falsas

2. (IDECAN - 2022)

As organizações realizam as suas funções, adquirindo e usando recursos, para desenvolver e fornecer produtos e serviços, com o objetivo de atender as necessidades e resolver os problemas de seus usuários. Neste cenário, duas palavras são usadas para medir o desempenho de uma organização de acordo com as expectativas dos usuários: eficiência e eficácia.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de eficiência.

(A) Capacidade de realizar resultados.

(B) Grau de realização dos objetivos.

(C) Uso econômico de recursos.

(D) Fomentar os desperdícios.

3. (IDECAN - 2024)

Leia o enunciado abaixo:

É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

As informações apresentadas correspondem à/ao

(A) Integridade.

(B) Accountability.

(C) Transparência.

(D) Auditoria Interna.

(E) Controle Externo.

4. (IDECAN - 2022)

A opinião da gestão pública se refere à expressão, gerada por meio de um debate, de um grupo significativo da sociedade com relação a um tema de interesse coletivo. Nesse sentido, pode funcionar como um mecanismo de pressão para que governantes tomem decisões sobre algo relevante para a coletividade.

( ) CERTO

( ) ERRADO

5. (IDECAN - 2026)

O planejamento estratégico constitui um processo sistemático de definição de rumos organizacionais, no qual a análise do ambiente interno e externo subsidia a formulação de diretrizes capazes de orientar decisões e ações institucionais ao longo do tempo. Assinale a alternativa que expressa corretamente um princípio fundamental do planejamento estratégico.

(A) Centralização das decisões operacionais como forma de garantir uniformidade administrativa.

(B) Definição de objetivos de curto prazo como elemento central do processo decisório.

(C) Alinhamento entre missão organizacional, objetivos de longo prazo e análise do ambiente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) Ênfase exclusiva na execução das atividades rotineiras da organização.
(E) Restrição do planejamento às previsões orçamentárias anuais.

6. (IDECAN - 2025)

O planejamento estratégico é uma das principais ferramentas da administração moderna e corresponde à primeira etapa do processo de gestão. Ele visa estabelecer a direção da organização no longo prazo, definindo objetivos, metas e os caminhos mais eficazes para alcançá-los, considerando o ambiente interno e externo. Nesse sentido, a ferramenta que permite identificar as forças e fraquezas internas da organização, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo, é denominada de:

(A) Matriz BCG.
(B) Diagrama de Ishikawa.
(C) Análise de Pareto.
(D) 5 Forças de Porter.
(E) Matriz SWOT.

7. (IDECAN - 2024)

Considerando uma organização global que está enfrentando desafios significativos devido a mudanças repentinas no mercado internacional, a diretoria executou uma revisão do planejamento estratégico. Este movimento gerou a necessidade de ajustes nos planos táticos e operacionais das diversas unidades de negócio, garantindo que todos os níveis de planejamento estejam alinhados e contribuam para a superação dos desafios atuais. Diante deste contexto, a diretoria necessita garantir a efetiva integração entre os planejamentos, para isso, é imprescindível que

(A) cada unidade de negócio desenvolva seus próprios planos estratégicos isoladamente.
(B) o planejamento estratégico seja modificado mensalmente para adaptar-se às mudanças de mercado.
(C) exista uma comunicação clara e contínua entre os níveis estratégico, tático e operacional.
(D) as decisões estratégicas sejam tomadas independentemente dos níveis táticos e operacionais.
(E) os líderes de departamento foquem unicamente em metas operacionais de curto prazo.

8. (IDECAN - 2022)

Sobre o Planejamento Estratégico no setor público, de acordo com Toni (2021), "o planejamento estratégico realizado no âmbito governamental é um conjunto de referenciais teóricos, processos administrativos, aplicações de ferramentas e técnicas organizacionais que objetivam definir uma visão de futuro de médio e longo prazo, bem como as principais instituições e processos que asseguram coerência e efetividade entre meios e fins para o seu alcance". Sobre esse tema, qual(ais) (o)s principal(is) método(s) de planejamento estratégico governamental? Analise os itens a seguir:

I. Planejamento Estratégico Plurianual (PPA).
II. Planejamento Estratégico Governamental (PEG).
III. Planejamento Estratégico Participativo (PEP).
IV. Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Assinale

(A) se somente os itens **III** e **IV** estiverem corretos.
(B) se somente os itens **II** e **III** estiverem corretos.
(C) se somente os itens **I** e **II,** estiverem corretos.
(D) se somente os itens **I, II** e **IV** estiverem corretos.
(E) se todos os itens estiverem corretos.

9. (IDECAN - 2022)

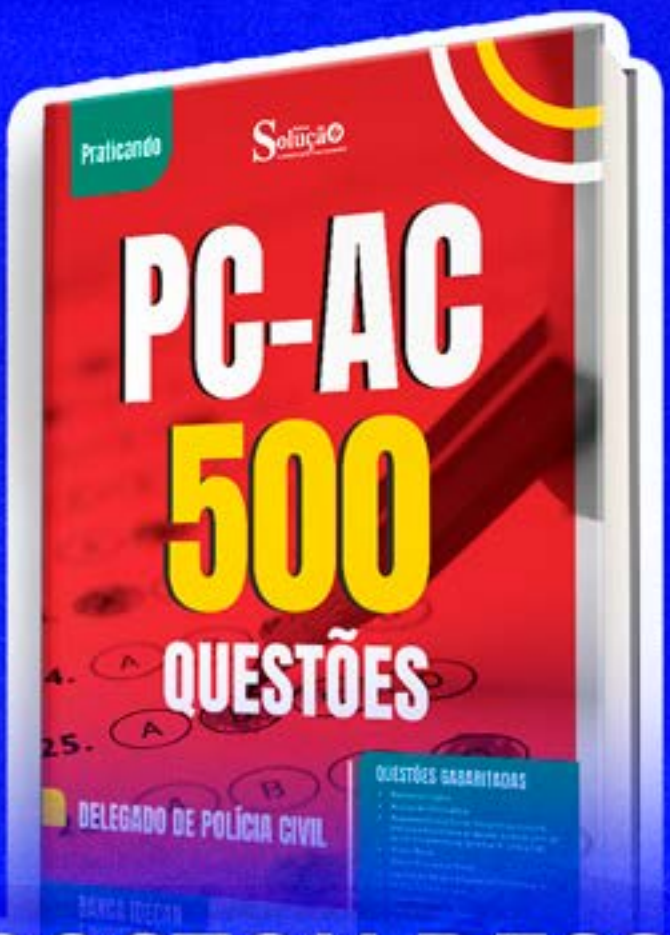
O Planejamento contempla os níveis organizacionais estratégico, tático e operacional.

Acerca do planejamento tático, assinale a alternativa correta.

(A) É um planejamento orientado para o futuro. Seu horizonte de tempo é curto, com prazo certo de um ano.
(B) É um plano de longo prazo, que serve para guiar a ação organizacional por um prazo de três a cinco anos.
(C) É focado para o curto prazo e abrange, analiticamente, as atividades cotidianas da organização, a fim de assegurar que todos executem as tarefas e operações de acordo com os procedimentos estabelecidos pela mesma.
(D) É desenvolvido pelo nível intermediário e nele se enfatiza as unidades correntes das várias unidades ou departamentos da organização, sendo focado no médio prazo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!